

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 081/082

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 19 DE JUNHO DE 2000

ANO XXVI

Mesa Diretora

NELSON JUSTUS

Presidente - PTB

CAÍTO QUINTANA

1º Vice-Presidente - PMDB

JOSÉ MARIA FERREIRA

2º Vice-Presidente - PSDB

NELSON GARCIA

3º Vice-Presidente - PFL

HERMAS BRANDÃO

1º Secretário - PTB

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Secretário - PPB

RENATO GAUCHO

3º Secretário - PSDB

ÂNGELO VANHONI

4º Secretário - PT

LUIZ CARLOS ZUK

5º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

| | |
|-------------------------------|------------------------------|
| <i>Líder do Governo</i> | <i>Valdir Rossoni</i> |
| <i>Líder Oposição</i> | <i>Irineu Colombo</i> |
| <i>PTB</i> | <i>Ademar Traiano</i> |
| <i>PFL</i> | <i>Plauto Miró Guimarães</i> |
| <i>PMDB</i> | <i>Nereu Moura</i> |
| <i>PPB</i> | <i>Tony Garcia</i> |
| <i>PT</i> | <i>Hermes Fonseca</i> |
| <i>PDT</i> | <i>Edgar Bueno</i> |
| <i>PSDB</i> | <i>Sérgio Spada</i> |
| <i>PSB</i> | <i>Ricardo Maia</i> |
| <i>PSL</i> | <i>Edno Guimarães</i> |
| <i>PST</i> | <i>Divanir Braz Palma</i> |

Representação Partidária

PTB - 11: Ademar Luiz Traiano - Algaci Tulio - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Nelson Justus - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PFL - 10: Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Lino Rusch - Luiz Carlos Alborghetti - Marcos Isfer - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães - Nelson Tureck; PSDB - 07: Albanor Gomes (licenciado) - Antonio Baratter - Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro (licenciado) - Renato Gaucho - Serafina Carrilho - Sérgio Spada; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Péricles de H. Mello; PDT - 03: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk - Moysés Leônidas; PSL - 03: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins - Edno Guimarães; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama (licenciado); PSB - 02: Antonio Carlos Belinati - Ricardo Maia; PL - 01: Pastor Edson Praczyk; PSC 01: Miltinho Puppio.

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 060ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
19 DE JUNHO DE 2000**

(*segunda-feira*)

Presidência do senhor deputado Caíto Quintana, secretariada pelos senhores deputados Hermas Brandão e Augustinho Zucchi.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Nelson Justus, Caíto Quintana, José Maria Ferreira, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Renato Gaucho, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, Antonio Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beraldin, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Rusch, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Irineu Colombo, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Marcos Isfer, Miltinho Puppio, Moysés Leônidas, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Sérgio Spada, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Caíto Quintana**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1187-A

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência para o Projeto de Lei nº 192/2000, de minha autoria, que objetiva autorizar

o Poder Executivo a doar ao município de São Pedro do Iguaçu, o imóvel que especifica.

Sala das Sessões, em 19.06.2000.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 1184

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, retirada por 03 sessões do Projeto de Lei nº 144/99, em 2ª Discussão, de autoria do nobre deputado Pastor Edson Praczyk, constante da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 19.06.2000.

(a) VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 1185

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, retirada por 10 sessões do Projeto de Lei nº 627/99, item 03, em 2ª Discussão, de autoria do ilustre deputado Ademir Bier, constante da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 19.06.2000.

(a) VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 1186

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, retirada por 10 sessões do Projeto de Lei nº 470/99, item 05, em 1ª Discussão, de autoria do nobre deputado Moysés Leônidas, constante da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 19.06.2000.

(a) VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 1187

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada de votação do Projeto de Lei nº 629/99, item 07, por 10 sessões.

Sala das Sessões, em 19.06.2000.

(a) RICARDO MAIA

REQUERIMENTO Nº 1155

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, com base no Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, a diminuição de interstício para a realização de Sessões Extraordinárias, logo após a presente Sessão Ordinária, para apreciação de matérias aprovadas ou outras a serem incluídas.

Sala das Sessões, em 19.06.2000.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

REQUERIMENTO Nº 1165

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de pesar pelo falecimento do senhor Rubens Bremer, ocorrido no último dia 16 de junho.

Requer ainda que do presente se dê ciência aos familiares, através de correspondência a ser encaminhada Av. Iguaçu, 754 - CEP 80230-020, Curitiba/PR.

Sala das Sessões, em 19.06.2000.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1168

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que sejam inseridos nos Anais desta sessão, votos de profundo pesar à família Martiny, de Marechal Cândido Rondon, pelo falecimento de Hilda Martiny, ocorrido no último dia 16 de junho.

Sala das Sessões, em 19.06.2000.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 1156

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao jornal Gazeta do Povo, pelo resultado alcançado com a felicíssima campanha, com resultado positivo para melhorar as condições de pousos e decolagens no Aeroporto Internacional Afonso Pena.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao jornal Gazeta do Povo, na pessoa de seu diretor presidente, doutor Francisco Cunha Pereira Filho.

Sala das Sessões, em 19.06.2000.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Deverá entrar em funcionamento hoje, no Aeroporto Internacional Afonso Pena, o sistema de iluminação Approach Lights System (ALS-3).

A instalação de equipamentos de última geração acontece depois da belíssima campanha do jornal Gazeta do Povo comandada pessoalmente pelo seu diretor-presidente, doutor Francisco Cunha Pereira Filho que demonstrou em toda a campanha, existência de tecnologia capaz de vencer o fenômeno dos nevoeiros.

Comemora-se hoje o dia do início de funcionamento do sistema de iluminação ALS-3 no Aeroporto Afonso Pena.

Graças, porém, ao movimento constante das idéias do doutor Francisco Cunha Pereira Filho, diretor presidente do jornal Gazeta do Povo, que continuará com seu lugar marcado na sociedade paranaense.

Esta mensagem que hoje propomos nos faça sempre presente a imagem daquele que com tanta dedicação empenhou seus esforços em prol do nosso Aeroporto Afonso Pena. Que seu espírito de luta, sua coragem indômita, sirvam de exemplo a ligar aos pósteros este quadro de virtude para que lhes sirva de modelo e estímulo.

Homens como doutor Francisco Cunha Pereira Filho são marcos fincados à beira da estrada da vida e que desafiam as intempéries.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste deputado, sente-se honrada em poder registrar para a posteridade, nos Anais da Casa, fato tão importante para todos paranaenses.

REQUERIMENTO Nº 1157

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, sejam registrados nos Anais desta sessão votos de congratulações a Sergio Steptjuk, prefeito de General Carneiro, por ter assumido a Presidência da Associação dos Municípios do Paraná (AMP).

Sala das Sessões, em 19.06.2000.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 1158

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, sejam registrados nos Anais desta sessão votos de congratulações à comunidade de Foz do Iguaçu, pela passagem da festa de comemoração de seus 86 anos de emancipação político-administrativa.

Requer ainda, que se dê ciência ao senhor Harry Daijó, prefeito municipal de Foz do Iguaçu, através de correspondência a ser encaminhada à Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 19.06.2000.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 1159

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, sejam registrados nos Anais desta sessão votos de congratulações à Aríston Luis Limberger, prefeito de Marechal Cândido Rondon, por ter assumido a Presidência da Associação dos municípios lindeiros ao Lago de Itaipu.

Sala das Sessões, em 19.06.2000.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 1160

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente

REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado em Ata dos trabalhos desta Casa, voto de congratulações ao major Valdir Copetti Neves, atualmente chefe de Operações do Comando de Policiamento do Interior, da Polícia Militar do Estado do Paraná, pelos excelentes serviços prestados à frente do Grupo Águia e no Comando da P2.

Requer, ainda, dê-se ciência deste requerimento ao homenageado, bem como ao Comando da Polícia Militar do Estado.

Sala das Sessões, em 19.06.2000.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

O major Valdir Copetti Neves, integrante da Polícia Militar do Estado do Paraná, comandou o Grupo Águia, bem como a P2 (Polícia Reservada), sendo atualmente o chefe de Operações do Comando de Policiamento do Interior.

No exercício de suas funções, entre tantos feitos, levantou e divulgou dados que permitiram a desarticulação do crime organizado no Estado do Paraná, principalmente na área dos desmanches de veículos e do narcotráfico, que, aliás, são objeto de CPIs que se desenvolvem nesta Assembléia Legislativa.

Assim, pelos excelentes serviços prestados e que, certamente, continuará prestando ao Paraná, entendemos de justiça a proposição deste voto de louvor, para cuja aprovação contamos com o apoio dos nobres deputados.

REQUERIMENTO Nº 1161

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado em Ata dos trabalhos desta Casa, voto de congratulações ao Clube Atlético Paranaense, na pessoa de seu presidente Ademir Adur, extensivo ao técnico Osvaldo Alvarez e a todos os componentes do plantel atletico, que, de uma forma ou de outra, colaboraram para a conquista do título de campeão Paranaense de 2000, que culminou com o “Atletiba” de sábado, 17 de junho.

Sala das Sessões, em 19.06.2000.

(a) CAÍTO QUINTANA

Apoio:

Luiz Carlos Zuk

JUSTIFICATIVA:

O título de campeão paranaense conquistado sábado pelo Clube Atlético Paranaense, é o resultado de uma campanha de 21 jogos disputados, dos quais o Atlético venceu 15, empatou 5 e sofreu apenas uma derrota.

A equipe teve um índice de aproveitamento de mais de 80%, o que é surpreendente que, em 9 partidas, entrou em campo com o chamado “time B”.

Além de conquistar o título estadual, o CAP também teve brilhante atuação na ‘Copa Libertadores da

América”, quando das seis partidas disputadas, venceu 5 e empatou uma, sendo eliminado nas oitavas de final, mas ainda assim obtendo comentários elogiosos dos veteranos do futebol e da imprensa esportiva nacional.

Assim, entendemos justa esta homenagem ao Clube Atlético Paranaense, aos seus dirigentes e jogadores, até mesmo como incentivo para que continuem sua trajetória de conquistas, elevando cada vez mais o nome do Paraná no âmbito do esporte brasileiro e internacional.

REQUERIMENTO Nº 1162

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações ao município de São Jorge do Patrocínio - PR, alusivos ao 19º aniversário de emancipação política, que ocorrerá no próximo dia 22 de junho.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao prefeito senhor Cláudio A. Palozi, e ao presidente da Câmara senhor Raimundo A. Pimenta, através de correspondência a ser encaminhada a Av. Carlos Spanhol, 164, CEP 87555-000, São Jorge do Patrocínio-Paraná.

Sala das Sessões, em 19.06.2000.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1163

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações a escritora senhora Alzeli Bassetti, alusivos a posse na cadeira nº 05 da Academia Feminina de Letras do Paraná, que ocorrerá no próximo dia 29 de junho.

Requer ainda que do presente se dê ciência a homenageada, através de correspondência a ser encaminhada a Rua Olavo Bilac, 111, CEP 80440-040, Curitiba-Paraná.

Sala das Sessões, em 19.06.2000.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1164

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER, o envio de voto de congratulações ao doutor Abdo Aref Kudri, diretor presidente do Jornal Diário Popular bem como toda sua equipe, pela realização de mais uma edição do prêmio chuteira de ouro, que homenageia os destaques do futebol paranaense em 2000.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe os artigos 132 e 133 do Regimento Interno desta Casa de Leis, solicitando envio de cópia do presente aos homenageados, Rua XV de Novembro 1190, Centro, Curitiba-Paraná.

Sala das Sessões, em 19.06.2000.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1175

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao Jornal da Boa Vista, pela comemoração de dois anos de circulação.

Sala das Sessões, em 19.06.2000.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Neste mês o Jornal da Boa Vista está comemorando dois anos de circulação em nossa cidade. De periodicidade mensal, o jornal já incorporou-se à vida dos moradores do bairro Boa Vista e arredores, pois traz reportagens, informações e serviços dirigidos aos moradores. É veículo não só de informações, mas de muita divulgação, o que tem auxiliado o comércio do bairro. Dessa forma, o jornal recebe apoio da população, comerciantes do bairro e leitores.

Ao longo destes dois anos, o Jornal enfrentou diversas dificuldades, mas sua equipe de trabalho nunca esmoreceu. Continuou trabalhando com dedicação e fé no futuro, sempre com os olhos voltados para os exemplos do passado.

Ao Jornal da Boa Vista (Rua Guilherme Lhlenfeldt, 1081, Sala 23 - Curitiba), pela comemoração de dois anos de circulação, receba os votos de congratulações do Poder Legislativo do Estado do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 1176

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao Jornal do Estado, pela comemoração de seus 17 anos.

Sala das Sessões, em 19.06.2000.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O Jornal do Estado, está completando em 21 de junho de 2000, seus 17 anos de fundação. De periodicidade diária o jornal já incorporou-se ao nosso dia-a-dia e tornou-se uma referência em informações e serviços.

O Jornal do Estado conquistou os paranaenses desde muito cedo, por trazer em suas páginas matérias de interesse de todos, informações as mais recentes possíveis: onde está a notícia, ali está um repórter, um jornalista deste veículo de comunicação, respeitado como um dos mais sérios do nosso Paraná, trabalhando para trazer em suas páginas aquilo que o país precisa saber.

Fundado pelo saudoso Roberto Barrozo Filho (1922-1999), o Jornal do Estado possui atualmente representantes em São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília, o que estende a circulação do Jornal, tornando-o conhecido fora do nosso Estado. Doutor Roberto Barrozo Filho que infe-

lizmente nos deixou durante o ano passado foi um homem combativo, um legítimo representante da sociedade jornalística paranaense e sempre pautou seu trabalho com a máxima dedicação. O resultado é este veículo de comunicação que temos orgulho de possuir no Paraná.

Com cobertura completa em todas as áreas, o Jornal do Estado possui excelente padrão de diagramação, trabalho fotográfico de qualidade e textos primorosos, graças ao incansável esforço de sua equipe de trabalho.

Pela comemoração de seus 17 anos de fundação, receba o Jornal do Estado (Rua Doutor Roberto Barrozo, 22 - Centro), através de seu diretor-presidente Rodrigo Barrozo, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Estado do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 1177

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao Jornal Folha da Imprensa, pela comemoração de seus 10 anos.

Sala das Sessões, em 19.06.2000.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Foi fundado, em 25 de junho do ano de 1991, no Graciosa Country Clube, o Jornal Folha da Imprensa.

Depois de uma década, o jornal tornou-se referência em nosso Estado, circulando diária e ininterruptamente no Paraná. Tornou-se assim, parte do nosso dia, veículo que nos traz notícias, informações e serviços, dentro de sua imparcialidade, independência e espírito crítico, o que lhe conferiu ao longo destes anos credibilidade e fidelidade de seus leitores.

Jornal genuinamente curitibano, possui há exato 1 ano o Parque Gráfico dos mais modernos do Estado e que leva o nome do jornalista Abdo Aref Kudri, um verdadeiro baluarte do jornalismo paranaense.

Pela comemoração de 10 anos de diária e ininterrupta circulação, receba o Jornal Folha da Imprensa (Rua Machado de Assis, 462, Juvevê - Curitiba), através de seu presidente, Alcy Ramalho Filho, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Estado do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 1178

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao Consulado Geral do Japão, pela comemoração de 92 anos de imigração japonesa do Brasil.

Sala das Sessões, em 19.06.2000.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

A Comunidade Nipo-brasileira está comemorando 92 anos de imigração japonesa ao Brasil. Os primeiros

japoneses imigrantes, cerca de 781, vieram no navio Ksato Maru, desembarcando no Porto de Santos em 18 de junho de 1908. Aqui no Paraná o primeiro grupo instalou-se em Curitiba, no mês de maio de 1909.

Os japoneses comemoram, mas somos nós brasileiros que temos muito a comemorar. Atualmente Curitiba é a segunda maior colônia japonesa, com cerca de 30 mil pessoas, perdendo apenas para São Paulo. No Brasil todo, somam-se 1,5 milhão de habitantes japoneses, 150 mil somente no nosso Estado.

O Brasil comemora, pois os japoneses, que se incorporaram à nossa cultura em muito contribuíram para a formação da mesma. Os costumes japoneses estão espalhados por nosso país e fazem parte do nosso dia-a-dia. Dos restaurantes à influência na moda, em muito fomos e somos influenciados pela cultura japonesa. Além disso, os japoneses nos legaram sua disciplina, seu amor pela beleza e combinação de cores, sua dedicação ao trabalho e sobretudo sua sabedoria milenar, da qual sempre ouvimos falar em pequenos provérbios que nos ensinam grandes lições.

A imigração japonesa foi uma dádiva que o Brasil, acolhendo-os como filhos, hoje nossos irmãos. A eles, o nosso muito obrigado.

Pela passagem e comemoração de 92 anos da Imigração Japonesa no Brasil, receba o Consulado Geral do Japão (Rua Mal. Deodoro, 1804 - cj. 630 - Ctba), os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 1179

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao doutor René Dotti, por assumir o cargo de membro do Comitê Científico da Associação Internacional de Direito Penal.

Sala das Sessões, em 19.06.2000.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O jurista paranaense René Dotti assumiu em Paris, na França, a semana passada o cargo de membro brasileiro do Comitê Científico da Associação Internacional de Direito Penal (AIDP).

A associação é uma entidade criada no início do século e congrega países de cinco continentes em reuniões de trabalho e congressos que se realizam em diversas partes do mundo.

A cada 5 anos a associação realiza um congresso reunindo juristas de diversos países. O próximo ocorrerá em Pequim em 2004. Na semana passada reuniram-se na Corte de Cassação, na cidade de Paris, cerca de 30 representantes de países asiáticos, europeus e americanos para discutir a pauta do congresso de Pequim. Por proposta do professor Bassioni (Presidente da AIDP) e aprovada por unanimidade pelos presentes, o professor René Ariel Dotti foi indicado como delegado brasileiro do Conselho Científico.

Os temas definidos para o Congresso de 2004 vão desde a condição do menor até a concorrência nacional e jurisdição internacional.

Jurista dos mais renomados, o professor René Dotti, merecidamente indicado, com certeza mais uma vez brilhará no desempenho desta tarefa, honrando-nos com seu destaque. O Paraná orgulha-se de possuir em sua terra este jurista.

REQUERIMENTO Nº 1183

Senhor Presidente.

Os deputados que o presente subscrevem no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUEREM, envio de voto de congratulações a diretoria e jogadores do Clube Atlético Paranaense pela grande campanha que culminou com o título de 2000 do Campeonato Paranaense de futebol.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe os artigos 132 e 133 do Regimento Interno desta Casa de Leis, solicitando envio de cópia do presente aos homenageados.

Sala das Sessões, em 19.06.2000.

(aa) ORLANDO PESSUTI, CAÍTO QUINTANA, EDSON STRAPASSON, NEREU MOURA, HERMAS BRANDÃO, CESAR SELEME, HERMES FONSECA, CEZAR SILVESTRI, IRINEU COLOMBO, FERNANDO RIBAS CARLI, TONY GARCIA, BETO RICHIA, JOSÉ MARIA FERREIRA, NELSON JUSTUS e ADEMIR BIER.

REQUERIMENTO Nº 1172

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, seja registrado nos Anais desta Casa, voto de louvor ao senhor Izidoro Sejanoski, morador de Foz do Iguaçu, pela sua contribuição com o desenvolvimento daquele município.

Exercendo a atividade no Comércio de Pneus com competência e dedicação bem como, seu investimento na área da agropecuária, muito contribuíram com o desenvolvimento de Foz do Iguaçu e região.

A presente proposição tem o objetivo de, através da manifestação da Assembléia Legislativa do Paraná, tornar público o reconhecimento dos paranaenses a quem, de modo meritório, trabalha em favor do engrandecimento do nosso Estado.

Sala das Sessões, em 19.06.2000.

(a) SÉRGIO SPADA

REQUERIMENTO Nº 1173

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, seja registrado nos Anais desta Casa, voto de louvor ao senhor Antonio Bordin, morador de

Foz do Iguaçu, pela sua contribuição com o desenvolvimento daquele município.

Exercendo a atividade de empresário dos ramos comercial automobilístico e da construção civil, e também foi um dos colaboradores na área social provedor da Santa Casa; ex-presidente do Rotary Club, (diversas outras atividades na área social); sua dedicação e competência tem contribuído significativamente para o desenvolvimento de sua comunidade.

A presente proposição tem o objetivo de, através da manifestação da Assembléia Legislativa do Paraná, tornar público o reconhecimento dos paranaenses a quem, de modo meritório, trabalha em favor do engrandecimento do nosso Estado.

Sala das Sessões, em 19.06.2000.

(a) SÉRGIO SPADA

REQUERIMENTO Nº 1174

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, seja registrado nos Anais desta Casa, voto de louvor ao senhor Mário Calegari, morador de Foz do Iguaçu, pela sua contribuição com o desenvolvimento daquele município.

Exercendo a atividade como agropecuarista e empresário no ramo de combustível, sua dedicação e competência têm contriuiu significativamente para o desenvolvimento de sua comunidade.

A presente proposição tem o objetivo de, através da manifestação da Assembléia Legislativa do Paraná, tornar público o reconhecimento dos paranaenses a quem, de modo meritório, trabalha em favor do engrandecimento do nosso Estado.

Sala das Sessões, em 19.06.2000.

(a) SÉRGIO SPADA

REQUERIMENTO Nº 1171

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário seja enviado expediente ao Exce-lentíssimo senhor secretário de Estado dos Trans-portes, solicitando a construção de uma ponte sobre o Rio Chopim, ligando os municípios de Pato Branco e Honório Serpa, na localidade de Barra do Gigante à Cachoeirinha.

Sala das Sessões, em 19.06.2000.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

REQUERIMENTO Nº 1182

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário o envio de expediente a senhora Alcyone Saliba secretária de Estado da Educação encaminhando ofício da APM do Colégio Estadual Augusto Antonio da

Paixão do município de Cerro Azul, que solicita com a máxima urgência um veículo automotor para transportar os alunos e professores, salientando ainda que para deslo-carem-se da sede do município até o referido colégio no distrito são cerca de 27 km.

Requer ainda, após aprovado que se dê ciência ao senhor Aramis de Jesus Paixão presidente da APM do Colégio Augusto Antonio da Paixão, através de corre-spondência a ser encaminhada à Rua Principal, s/nº - bairro da Bomba - CEP: 83570-000 - Cerro Azul - PR.

Sala das Sessões, em 19.06.2000.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 1180

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja oficiado o presidente do Tri-bunal de Contas, senhor Quiélse Crisóstomo da Silva, solicitando que envie a esta Casa a relação dos 200 (duzentos) maiores devedores do Estado do Paraná inscritos em Dívida Ativa, discriminando os valores de cada um, bem como o montante total da dívida, até 31 de dezembro de 1999.

O referido pedido se justifica pelo fato de estar tra-mitando nesta Casa de Leis o Projeto de Lei nº 133/2000, objetivando instituir o Programa Estadual de Recom-posição de Passivos Fiscais, no âmbito do Estado do Paraná, para que seja possível uma melhor avaliação da extensão da referida proposição.

Sala das Sessões, em 19.06.2000.

(a) IRINEU COLOMBO

REQUERIMENTO Nº 1181

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja oficiado o secretário da Fazenda do Estado do Paraná, senhor Giovani Gionédís, solicitando que envie a esta Casa a relação dos 200 (duzentos) maiores devedores do Estado do Paraná inscritos em Dívida Ativa, discriminando os valores de cada um, bem como o montante total da dívida, até 31 de dezembro de 1999.

O referido pedido se justifica pelo fato de estar tra-mitando nesta Casa de Leis o Projeto de Lei nº 133/2000, objetivando instituir o Programa Estadual de Recom-posição de Passivos Fiscais, no âmbito do Estado do Paraná, para que seja possível uma melhor avaliação da extensão da referida proposição.

Sala das Sessões, em 19.06.2000.

(a) IRINEU COLOMBO

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 201/2000

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica denominado de professora Lourdes Stefanello Lago, o imóvel que abriga a Secretaria Municipal de Educação do município de Palmas, pertencente ao Estado do Paraná, conforme Transcrição nº 2282, às fls. 149 do Livro 3 D, do dia 11 de novembro de 1942, no Registro Geral de Imóveis da Comarca de Palmas.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.06.2000.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A intenção do presente projeto de lei é prestar singela homenagem à saudosa professora Lourdes Stefanello Lago, dando seu nome ao imóvel que abriga a Secretaria Municipal de Educação do município de Palmas, pertencente ao Estado do Paraná, conforme Transcrição nº 2282, às fls. 149 do Livro 3 D, do dia 11 de novembro de 1942, no Registro Geral de Imóveis da Comarca de Palmas.

A professora Lourdes Stefanello Lago, foi aquela amiga dos amigos, autêntica cidadã, professora vocacionada. Sua vida foi uma prova de luta em favor da educação, da verdade e da decência na função pública. Sua história teve marca do compromisso ao lado dos “sem vez e sem voz”, sempre acreditou no resgate dos valores familiares e na dignidade da pessoa humana. Acreditava na força do trabalho como alavanca do desenvolvimento.

A saudosa professora, mestra Lourdes Stefanello Lago, nasceu em 20 de agosto de 1938 na cidade de Júlio de Castilho, Rio Grande do Sul.

De 1952 a 1962, fez seus estudos de 1º e 2º graus no Instituto de Educação Sagrado Coração de Jesus - Canoinhas/SC e Colégio Estadual Leonel França - Palmas/PR.

De 1963 a 1966, graduou-se em História pela Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de União da Vitória.

Especializou-se em História (1975-1976) pela UFSC e em História do Brasil (1982-1983) pela FAFI - Palmas.

De 1983 a 1987, cursou mestrado em História do Brasil pela UFSC.

Iniciou suas atividades docentes em 1965, no Colégio Estadual Leonel França (hoje Colégio Dom Carlos) - Palmas/PR, onde trabalhou, até 1998, ministrando as disciplinas: História, OSPB, Estudos Sociais, EMC, História Econômica e Administrativa do Brasil, Matemática e Técnica Comercial.

Foi colaboradora incansável de Monsenhor Eduardo na montagem do processo de criação do CPEA, da FAFI e Facepal e professora destas instituições desde

que, em 1969, iniciou-se o ensino superior na região. Foi professora de Sociologia, Antropologia, História Antiga, História do Brasil, História Contemporânea, História Econômica, Formação Econômica do Brasil, História do Pensamento Econômico na Graduação; e na Pós-Graduação, História do Brasil e II.

Seu trabalho e sua participação foram decisivos na montagem do processo e implantação da Facibel - Faculdade de Ciências Humanas de Francisco Beltrão.

Igualmente foi decisiva e importante sua participação na montagem do processo e aprovação dos cursos da recém fundada Fundação Vizinhança Vale do Iguaçu - Vizivali, nas quais o CPEA é o co-participante.

Sua vida foi de dedicação plena à educação, além de professora exerceu vários cargos e funções:

De 1974 a 1976, foi chefe da Divisão de Cultura do Departamento de Educação e Cultura da Prefeitura Municipal de Palmas.

De 1978 a 1980, foi diretora do Colégio Dom Carlos - Palmas/PR.

Em 1980, foi inspetora do 2º grau, na 50ª I.R.E., Palmas/PR.

Desde 1981 era coordenadora do setor de pós-graduação das Faculdades de Palmas.

Entre 1981 a 1983 e desde 1988, era membro do Conselho Diretor do CPEA.

De 1983 a 1993, foi Coordenadora do setor de Extensão Universitária.

De 1994 a 1996, participou do Programa Um Salto para o Futuro, da Secretaria de Estado da Educação.

Ministrou cursos nas Faculdades de Palmas, no Núcleo Regional de Educação - Pato Branco e na PUC de Curitiba. Foi muitas vezes homenageada pelos acadêmicos como paraninfa, patronesse e nome de turma.

Era filiada à Sociedade Científica do Pesquisador MEC e INEP.

Entre suas publicações na Revista Consciência, destacamos o trabalho de 1990: a influência da igreja católica na ocupação de Palmas no século XIX.

É notável e indiscutível a dedicação que sempre marcou seu trabalho e as causas que abraçou.

A professora Lourdes Stefanello Lago, jamais deixará de viver no reconhecimento e na saudade de seus contemporâneos. Pedimos pois, desculpas para homenageá-la com a modesta designação de seu nome ao imóvel que abriga a Secretaria Municipal de Educação do município de Palmas, prédio este que pertence ao Estado do Paraná.

PROJETO DE LEI Nº 202/2000

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a proibir em todo o território do Estado do Paraná a denominação de “Drogaria” nos estabelecimentos comerciais, especialmente nas farmácias.

Parágrafo Único - Fica inclusive proibida qualquer propaganda com o uso das palavras “drogaria” ou “drogas”.

Art. 2º - O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 90 (noventa) dias.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.06.2000.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Mestre Aurélio estabelece que: a palavra “drogaria”, significa, estabelecimento onde se vendem drogas.

A palavra “drogas”: medicamento ou substância entorpecente, alucinógena, excitante, etc. Exemplo: a maconha, a cocaína, ingeridas, em geral, com o fito de alterar transitoriamente a personalidade.

“Drogado”: diz-se daquele que ingeriu droga.

É comum a denominação de “drogaria e farmácia”, ou “farmácia e drogaria”, ou ainda “Droga-isso”, “Droga-aquilo”, etc., chamando a atenção sempre para a “droga”.

Muitos fatores devem ser avaliados antes de tentar desenhar um quadro que mostre a influência da propaganda das drogas na sociedade atual.

O que poderia haver de pior em termos de expansão de mercado, o Brasil vive em relação as drogas. Brasileiros participantes do submundo das drogas, controlado pelos traficantes dos países vizinhos, partiram para o negócio próprio, tamanho o campo fértil para organizarem comandos máfias.

Repressão existe, porém, muito tímida.

Como seres humanos, nossas mentes são condicionadas por certas opiniões e pontos de vista que surgem de nossas experiências pessoais. Estes nos parecem tão certos que fica difícil aceitarmos um ponto de vista contrário, defendido por outra pessoa. Mas quando tais conflitos são examinados à luz de princípios espirituais, a solução certa será encontrada.

Essa tradição tem grande inspiração para nós como indivíduos. Aqueles que aprenderam a colocar os princípios acima das personalidades, descobriram que muitos problemas por si mesmo se resolvem.

Isso se aplica tanto nas relações individuais, como nos meios de comunicação. Quando se conta a história de um drogado por meio de jornais, televisão ou rádio, a identidade do indivíduo não deveria ser revelada.

O anonimato é a base espiritual de todas as nossas tradições, lembrando-nos sempre de colocar os princípios acima das personalidades. Temos provada a nossa grande capacidade de auxiliar aquelas pessoas cujas vidas estão atribuladas pelo problema da “droga”.

Embora a tradição impeça a promoção como meio de propagar a sua mensagem, o ser humano se vale de muitos canais de comunicação para atrair ajuda.

Quando consideramos os incalculáveis milhões de pessoas que precisam de ajuda e que aceitariam se soubessem de sua existência, percebemos, pois, a

importância de usar todos os meios legítimos e dignos para levar-lhe a palavra amiga com o propósito da desistência do uso da “droga”.

O perigo das drogas e como consequência a dependência química, a que estão sujeitos todos os usuários, ronda a todos nós. Em todos os cantos, atingindo principalmente os adolescentes menos experientes e que por força da curiosidade natural dos jovens, lançados pelo arroubo a aventura do novo modismo, são presas fáceis deste verdadeiro flagelo.

Segundo estatísticas, Curitiba é hoje uma das cinco capitais brasileiras onde há maior consumo de drogas.

Esperamos que esta nossa iniciativa seja transformada em lei com o caráter de urgência que o assunto tão importante merece.

PROJETO DE LEI Nº 203/2000

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - A presente lei estabelece disposição para a consolidação de programas de políticas públicas que garantam, por parte do Estado, proteção, auxílio e assistência a testemunhas e vítimas da violência no Estado do Paraná.

Art. 2º - Considera-se testemunha ou vítima da violência, para efeitos desta Lei:

I - todos que tenham sofrido lesões físicas ou danos psicológicos, motivados por agressão de qualquer natureza, em ações ou omissões tipificadas na legislação penal vigente;

II - todas as testemunhas ameaçadas por haver presenciado ou, indiretamente, tomado conhecimento de atos criminosos e detenham informações necessárias à investigação pelas autoridades competentes;

III - sejam familiares ou possuam relação imediata com a vítima ou testemunha, bem como aqueles que tenham sofrido algum dano ao intervirem para socorrer a quem se encontrassem em perigo atual ou iminente.

Art. 3º - São objetivos do programa, entre outros:

I - informar, orientar, acompanhar e assessorar as testemunhas ameaçadas por violência decorrente de questões de natureza familiar, civil, criminal ou constitucional;

II - assegurar a integridade e a segurança das vítimas de violência e das testemunhas ameaçadas, bem como de seus familiares, com programa especial que garanta, quando necessário, sua manutenção econômica e a troca, provisória ou permanente, de domicílio dos envolvidos;

III - acompanhar as diligências policiais e judiciais em que estiverem envolvidas as vítimas da violência ou testemunhas ameaçadas;

IV - elaborar e providenciar a veiculação de campanhas de prevenção à violência e de conscientização da população quanto à importância de contribuir para a investigação administrativa ou policial, objetivando a apuração da prática dos crimes;

V - apoiar ação de ressarcimento de danos causados a pessoa ou ao patrimônio;

VI - conceder bolsas de estudo aos filhos de policiais civis ou militares, agentes penitenciários e monitores de escolas de correição de menores, que tenham perdido a vida ou ficado inválidos por conta de ações desenvolvidas no estrito cumprimento do dever;

VII - velar pela efetiva integridade e segurança da testemunha, de maneira que a mesma possa contribuir, sem riscos, com os serviços realizados pela autoridade competente, decidindo pela adoção de medidas protetivas previstas nos artigos 7º e 9º da Lei Federal nº 9807, de 13 de julho de 1999.

VIII - pagar despesas de sepultamento no caso de vítimas de crimes violentos, comprovadamente carentes;

IX - desenvolver programas pedagógicos relacionados ao trabalho de readaptação social ou profissional das vítimas e testemunhas;

X - realizar levantamentos estatísticos periódicos sobre a violência no Estado, mantendo banco de dados centralizado sobre o tema;

XI - elaborar estratégias para educar a população em condutas de prevenção à vitimização, bem como o cumprimento de seu papel de contribuir para investigação e conseqüente responsabilização de atos criminosos;

XII - garantir assistência psicológica às vítimas de crimes violentos e aos seus familiares, especialmente nos casos de estupro, abuso sexual e crimes conexos.

XIV - indenizar as famílias de vítimas assassinadas, sempre que o responsável pelo crime o tiver praticado após ter logrado fuga de dependência policial ou de estabelecimento prisional de internação em regime fechado.

Art. 4º - O programa será dirigido por um Conselho Deliberativo, integrado, entre outros, por um representante de cada órgão a seguir relacionado:

- a) Secretaria da Justiça e da Cidadania;
- b) Secretaria de Segurança Pública;
- c) Secretaria da Criança e Assuntos da Família;
- d) Gabinete do governador;
- e) Procuradoria Geral do Estado;
- f) Defensoria Pública do Estado do Paraná.

§ 1º - Serão convidados a integrar o Conselho Deliberativo do programa estabelecido pela presente lei, os seguintes representantes:

- a) um do Poder Judiciário do Estado
- b) um do Ministério Público do Estado
- c) um da OAB-Secção do Paraná
- d) um da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa

e) um de entidade não governamental relacionada à defesa e promoção dos direitos humanos.

§ 2º - A realização das atividades necessárias ao programa poderá ser objeto de convênios, ajustes ou termos de parceria com a União, outros Estados, ou com entidades não-governamentais.

§ 3º - Os órgãos policiais prestarão a colaboração e o apoio necessários à execução do Programa.

§ 4º - Os representantes do Executivo de que trata este artigo serão nomeados e exonerados pelo governo do Estado, e os mencionados no § 1º indicados por suas respectivas entidades ou Poder correspondente.

Art. 5º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei, fixando o valor das indenizações devidas e sistematizando as condições de elegibilidade aos eventuais beneficiários, observando, particularmente, a necessidade de priorizar a aplicação dos recursos disponíveis no atendimento àqueles que não disponham de qualquer tipo de seguro que cubra os benefícios que pleiteiam, nem de recursos que lhes assegurem assistência ou proteção.

Art. 6º - A Defensoria Pública prestará, gratuitamente, os serviços jurídicos relacionados à preservação dos Direitos Humanos, orientação, assessoria e assistência em matéria criminal, civil, familiar e constitucional, para as vítimas que não disponham de recursos econômicos.

Art. 7º - Os Defensores Públicos contarão com o apoio dos membros do Ministério Público, peritos, psicólogos, sociólogos, assistentes sociais e demais técnicos, cujo trabalho seja imprescindível à defesa dos direitos e garantias da vítima.

Art. 8º - Os recursos necessários à execução dos objetivos desta lei serão geridos através de fundo próprio, constituído em lei.

Art. 9º - Esta lei entrará em vigor após a regulamentação feita pelo Poder Executivo num prazo máximo de 90 dias após sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.06.2000.

(a) CAÍTO QUINTANA

PROJETO DE LEI Nº 204/2000

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Governo do Estado do Paraná autorizado a instituir a cidade de Sarandi como Capital Turística e Folclórica da Festa de Folia de Reis.

Art. 2º - Fica a Secretaria de Estado da Cultura incumbida de realizar anualmente procedimentos

necessários para a celebração da Festa de Reis em Sarandi, em parceria com a Prefeitura Municipal de Sarandi.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições que a contrariem.

Sala das Sessões, em 19.06.2000.

(a) RICARDO MAIA

JUSTIFICATIVA:

1. Do Conceito

A Folia de Reis é uma festa religiosa de origem portuguesa, que chegou ao Brasil no século XVIII, tinha a principal finalidade de divertir o povo, enquanto aqui no Brasil passou a ter um caráter mais religioso do que de diversão.

No período de 24 de dezembro, véspera de Natal, a 6 de janeiro, Dia de Reis, um grupo de cantores e instrumentistas percorre a cidade entoando versos relativos à visita dos reis magos ao Menino Jesus. Passam de porta em porta em busca de oferendas, que podem variar de um prato de comida a uma simples xícara de café.

Carregam viola, sanfona, reco-reco, chocalho, cavaquinho, triângulo, pandeiro, violino e outros instrumentos. Os personagens somam um mínimo de doze pessoas, sendo mestre, palhaços e músicos.

O palhaço, com seu jeito cínico e dissimulado, deve proteger o Menino Jesus, confundido os soldados de Herodes. O seu jeito alegre e suas vestimentas coloridas são responsáveis pela distração e divertimento de quem assiste à performance. Todos os integrantes do grupo, aliás, trajam roupas bastante coloridas. Geralmente, os palhaços de cada folia de reis são em número de três.

O mestre é a autoridade suprema e todos lhe devem obediência. Recai sobre seus ombros toda a responsabilidade do grupo que comanda. É ele ainda quem puxa os cantos, entoando-os em primeira ou segunda voz.

O contramestre, substituto eventual do mestre, é o encarregado de recolher donativos e complementar a cantoria, harmonizando com o mestre.

O bandeireiro, também chamado bandeirista ou alferes de bandeira, é o encarregado de levar a bandeira. Esta função, considerada de grande responsabilidade, é exercida, quase sempre, em pagamento de promessas.

A bandeira, símbolo máximo e distinto da folia, vai sempre à frente e é confeccionada segundo critérios e condições de cada grupo.

Em sua jornada, as folias percorrem ruas, estradas, vilas e povoados cantando defronte das casas o pedido de abrigo de portas, fazem saudação ao dono da casa, cantam jornadas dos reis magos ou passagens da vida de Jesus, finalizando com o agradecimento e a despedida.

O canto recebe o nome de toada e é em estilo responsorial, isto é, o mestre canta e o grupo responde.

Quem recebe a visita da bandeira da folia de reis num ano, deve recebê-la por sete vezes seguidas. Essa é a tradição das folias de reis de Minas Gerais.

O ponto alto da festa se dá quando dois grupos se encontram. Juntos, eles caminham em direção ao presépio da festa, o ponto final da caminhada.

No final do ciclo de apresentação, as folias costumam dar uma festa para agradecer as contribuições recebidas. É a festa do remate para a qual convidam-se pessoas amigas, parentes, contribuintes e outras folias que comparecem uniformizadas.

2. Das Folias de Reis no Brasil

Esta é uma festa tradicional em Minas Gerais, Mato Grosso, Paraná e São Paulo. É ainda bastante comum nas pequenas cidades do interior paulista, mas cidades como Ubatuba e Caraguatatuba também se destacam. As folias do litoral apresentam algumas modificações em relação às do interior, no que diz respeito às composições. A essência da festa, porém, é a mesma: uma caminhada em direção ao presépio da festa, o ponto final da caminhada.

Hoje, em todos os Estados do Nordeste, o Reizado, como também, é chamada a Folia de Reis, é celebrado com muita devoção, sempre pelas camadas mais humildes.

Antigamente, os grupos de Folias de Reis saíam na noite do dia 24 de dezembro pelas estradas, pelas fazendas, cantavam nas portas das capelas de casas de fazendas e pernoitavam nessas casas ou mesmo nos barracões das fazendas. No dia seguinte, saíam de novo para outras casas, peregrinando de casa em casa até o dia 06 de janeiro, quando, o final da peregrinação era comemorado com uma grande festa, onde eram consumidos os presentes e doações recebidas nesse período.

As folias percorriam as estradas, casas, periferias das cidades, geralmente durante o dia e parte da noite. Ao chegar nas casas, cantavam versos pedindo autorização aos moradores para entrar, onde saudavam o dono da casa, homenageavam o Menino Jesus, a Virgem Maria e São José Carpinteiro, desejando prosperidade às famílias e também pediam esmola. Durante o dia pediam alimentos e durante a noite pediam pousada.

Quando um grupo encontrava um presépio na casa por onde passavam, a cantoria de entrada era diferente, com saudação e homenagem ao nascimento do Menino Jesus. Os foliões pediam graças ao Menino Deus.

Nas décadas de 1920 a 1950, as Folias de Reis predominaram nos Estados de Minas Gerais, de São Paulo e no Nordeste, nas várias regiões da agropecuárias e também nas fazendas de café, onde a tradição era preservada. Muitas pessoas faziam promessas aos três Reis magos, pedindo curas das doenças nas chegadas das folias, ajoelhando-se e beijando a bandeira dos santos reis.

No sul do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, as Folias de Reis faziam peregrinações nas regiões de Castro, Ponta Grossa, Paranaguá, Antonina, Guaraqueçaba, São José dos Pinhais, Morretes, Laguna, Jaraguá do Sul, São Francisco do Sul, Tubarão, Rio Grande, Vacarias e outras, obedecendo a tradição dos portugueses açorianos imigrantes nessas regiões.

3. Das Folias de Reis no Norte do Paraná

No Norte do Paraná, as primeiras Folias de Reis chegaram com os pioneiros que começaram a desbravar as matas em Marques dos Reis, Cambará, Cornélio Procópio, Jataizinho, Londrina, Arapongas, Apucarana, Jandaia do Sul, Mandaguari, Maringá, Paranavaí, Cianorte, Campo Mourão e Cruzeiro do Oeste. Os primeiros festivais aconteceram nas cidades de Londrina, Arapongas, Apucarana, Jandaia do Sul, Maringá, Paranavaí, Campo Mourão e Paraíso do Norte.

Na década de 1970, Mandaguari realizou os maiores festivais de Folia de Reis do Paraná, sob a coordenação dos radialistas José Lázaro Pereira, Pinga Fogo de Oliveira, José Ferreira (Nho Belo) e Cileninho, com a participação do Ratinho (Carlos Massa). Os encontros eram feitos no Ginásio de Esportes Xanduzão de Mandaguari durante 09 anos, reunindo grupos de Mandaguari (5), Jandaia do Sul, Kaloré, Apucarana, Rio Bom, Cambira, Maringá, Londrina, Arapongas, Marumbi, Astorga, Cianorte, Paranavaí, Paraíso do Norte, Mandaguaçu, Ivaiporã e outras cidades da região. A prefeitura de Mandaguari e a Rádio Guairacá patrocinaram os encontros, que lotavam o Ginásio de Esportes com a participação da população e as bênçãos do Padre Antonio Natalino Braga, Vigário da Paróquia Bom Pastor.

4. Das Folias de Reis em Sarandi

Em 1980, com a emancipação do município de Sarandi (desmembrado de Marialva), com a posse do primeiro prefeito, Júlio Bifon, do primeiro presidente da Câmara Municipal, José Fernandes de Araújo, com a vinda de José Lázaro Pereira de Mandaguari para trabalhar na prefeitura de Sarandi, foi realizado o 1º Festival Regional de Folias de Reis de Sarandi, que foi realizado no pátio do Sarandi Esporte Clube, ao ar livre, reunindo 09 grupos de Folias de Reis da região, sendo 03 de Sarandi.

A partir desse evento, todos os anos o número de grupos participantes da Festa de Reis em Sarandi foi aumentando. Neste ano 2000, o número de folias chegou a 22 grupos, vindos de 17 municípios de todo o Norte do Paraná, reunindo um número aproximado de 500 foliões e 3.000 assistentes no Ginásio de Esportes de Sarandi.

O Festival da Folia de Reis em Sarandi é o maior evento cívico, cultural, religioso e folclórico do município e o maior no gênero em todo o Estado do Paraná. Distribui premiação em dinheiro, troféus, medalhas e certificado de participação, entregues após a contagem de pontos feita pela Comissão Julgadora. As TVs da região mostram tudo ao vivo e os foliões vivem um dia muito feliz. Os jornais da região cobrem todo o evento. O maior grupo de folia de reis que se apresentou em Sarandi foi o 'Grupo de Idosos de Ourizona', com mais de 50 participantes e 400 acompanhantes.

O festival de Folia de Reis em Sarandi tem sempre o apoio da Prefeitura Municipal de Sarandi e da Secretaria de Estado da Cultura.

O presente projeto de lei tenciona tornar Sarandi, como de fato é, a Capital da Festa de Folias de Reis no Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Senhor presidente, e senhores deputados.

Em primeiro lugar, quero manifestar a alegria e contentamento não só nosso, mais de diversos parlamentares, funcionários desta Casa e amigos nossos do comitê de imprensa, pela maravilhosa campanha futebolística desenvolvida pelo nosso clube do coração, Clube Atlético Paranaense, que na tarde de sábado consagrou-se Campeão Paranaense do Ano 2000, último campeão deste século.

A vitória só foi maravilhosa porque teve, nas outras equipes, adversários valorosos e ferrenhos, como foi o nosso último adversário, o Coritiba Futebol Clube, time do coração do nosso ilustre ex-presidente Antonio Martins Annibelli.

Quero registrar alegria pelo campeonato e pedir aos senhores deputados que aprovelem o nosso requerimento de voto de Congratulações à Diretoria e aos jogadores do Clube Atlético Paranaense por essa maravilhosa e festiva conquista do último sábado.

Dizer também, senhor presidente, que na última quinta-feira, como havíamos anunciado nesta Casa, estivemos em Belo Horizonte, na companhia dos deputados Cesar Seleme, José Maria Ferreira e mais deputados de 14 Assembléias do Brasil, mais a nossa, quinze.

Quinze Assembléias Legislativas se fizeram representar na reunião da Diretoria da Unale, e naquela oportunidade analisamos alguns pontos que ainda nos causam dúvidas, a respeito da Lei de Responsabilidade Fiscal, principalmente acerca da interpretação do § 5º do artigo 20, que levava a nós, parlamentares, a imaginar da possibilidade que os percentuais destinados a cada Poder e a cada Órgão para despesa com pessoal, poderiam ser fixados através da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Na realidade eles podem ser fixados através da Lei de Diretrizes Orçamentárias mais em cima de estudos contratados, solicitados pela União Nacional dos Legislativos Estaduais. Esses limites que podem ser fixados pela Lei de Diretrizes Orçamentárias não poderão ultrapassar aqueles fixados na Lei de Responsabilidade Fiscal, ou seja, Lei Complementar nº 101/2000, que estabelece o limite máximo para gasto com pessoal de 60% repartidos: 49% para o Executivo, 6% para Poder Judiciário, 3% para o Poder Legislativo, compreendido a Assembléia Legislativa e o Tribunal de Contas e 2% para o Ministério Público.

Qualquer outro valor que vier a ser fixado pela Lei de Diretrizes Orçamentárias terá que respeitar esses limites fixados através da lei complementar, porque afinal de

contas ela tem um poder superior àquele que tem a Lei de Diretrizes Orçamentária que se trata de uma lei ordinária.

Outro assunto que foi por nós discutido, diz respeito ao Código de Ética e Decoro Parlamentar. Nós, quando solicitamos a retirada do Projeto de Resolução nº 20/2000, tramitando na Casa na última quarta-feira, anunciávamos que também este assunto iríamos discutir na reunião de Belo Horizontes e discutimos, e os senhores parlamentares, representando as quinze Assembleias Legislativas que estavam presentes nessa reunião, entenderam que se faz necessário, sim, que nós, enquanto Assembleias Legislativas, discutamos e possamos aprovar e implantar em cada uma de nossas Casas Legislativas, um Código de Ética e Decoro Parlamentar. É evidente que cada Assembleia está estudando as suas particularidades, as suas peculiaridades, até porque é um assunto que chega à discussão de cada uma dessas Assembleias, até como fruto das deliberações havidas durante a Conferência Anual de Deputados Estaduais, ocorrida nos dias 7, 8 e 9 em Gramado, Rio Grande do Sul, ocasião em que fomos eleitos e empossados presidente dessa instituição.

Vejo que se faz necessário que a partir de hoje o presidente da Casa convoque as lideranças partidárias com assento nesta Casa, que convoque também, se for o caso, os integrantes da Comissão Executiva para que façam uma análise mais aprofundada do projeto de resolução que trata do Código de Ética e Decoro Parlamentar, para que possamos, através dessa conversação entre os líderes, chegar a um texto, que seja este acordado por todos e que possamos, ainda neste mês de junho, antes do início do recesso parlamentar de julho, aprovarmos aqui na Assembleia o projeto nº 20/2000 e instituírmos nessa Casa, o Código de Ética e Decoro Parlamentar.

Era isso senhor presidente.

No mais, cumprimentar o Setor de Divulgação desta Casa, por este projeto piloto, o Jornal da Assembleia, que demonstra que esta Casa está buscando se tornar uma Casa mais transparente, mais aberta e levar à população, tudo aquilo que acontece neste Plenário, nas Comissões e demais dependências.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Não há mais oradores inscritos nem para o Pequeno e Grande Expedientes.

Passamos ao Horário das Lideranças.

Concedo a palavra à Liderança do PMDB, com o deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA

Senhor presidente, senhores deputados. Como já é de conhecimento de todo o Paraná, o desfecho da ação que nós movemos na Justiça objetivando o afastamento da senhora Emilia Belinati do cargo de governadora do Estado, é natural que nós, aqui da tribuna da Assembleia, enumeremos quais os passos que daremos em relação a este polêmico assunto. Em que pese as opin-

ões divergentes, a maneira descortês, inclusive de pessoas que fazem parte da equipe do governador Jaime Lerner, queremos deixar claro que a Oposição não ardeará pé de buscar com profundidade, todo o esclarecimento que envolve esse rumoroso caso. O desembargador Otávio Valeixo, entendeu diferentemente de nós, senhor presidente, de que os proponentes não tinham legitimidade para requerer o afastamento da vice-governadora.

Entendemos que havia legitimidade, porque existe no Supremo Tribunal Federal jurisprudência para isso, e nós enfatizamos isso nos autos da ação cautelar e nominada, onde requeríamos e pleiteávamos o afastamento da senhora Emilia Belinati.

Todavia, o desembargador entendeu diferentemente da nossa concepção. E não concedeu a liminar, entendendo que apenas o Ministério Público do Paraná tem a competência e legitimidade para formular uma ação com este objetivo.

Isto posto, senhor presidente, a decisão da Oposição em relação a esse assunto se norteará em duas vertentes, porque achamos, eu volto aqui a frisar e a ressaltar, que enquanto pairarem dúvidas, enquanto existirem questionamentos, iremos buscar o esclarecimento para estas questões. enquanto não ficar comprovado, cabalmente, que a vice-governadora do Paraná, Emilia Belinati, não provar sua inocência, não provar sua condição de honradez, iremos continuar lutando para que uma ampla investigação seja realizada. E, ao final desta investigação, se concluirmos pela culpabilidade da vice-governadora, naturalmente, iremos buscar a cassação do seu mandato.

Então senhor presidente, duas coisas iremos fazer a partir de agora. A primeira, ainda esta semana estaremos com uma audiência agendada com procurador geral de Justiça do Paraná, doutor Teixeira, para apresentar a documentação que já foi encaminhada pelo desembargador Otávio Valeixo, e nós iremos reforçar com documentos que possuímos, solicitando a agilidade na tramitação desse processo.

O segundo ponto, senhor presidente, nós, acatando a sugestão do deputado Ângelo Vanhoni, amparados no Regimento Interno da Assembleia Legislativa no artigo 34, inciso 1º, iremos propor a criação de uma Comissão Processante aqui nesta Casa, para investigarmos o envolvimento da vice-governadora com o desvio de recursos públicos da Prefeitura de Londrina.

A partir de hoje iremos coletar as assinaturas e queremos convidar todos os deputados que têm assento nesta Casa, para que uma ampla investigação seja feita, a fim de que a verdade saia desse episódio e a Assembleia Legislativa do Paraná, possa oferecer uma resposta às indagações que hoje povoam a mente da população do nosso Estado. Não será com manifestações com o secretário chefe da Casa Civil, Cid Campêlo, que esbravejou na imprensa do Paraná dizendo que iria mover ação contra os deputados da Oposição, que irá nos amed-

rontar, que irá calar a nossa voz, que irá nos esmorecer, senhor presidente, porque o senhor Cid Campêlo não está tratando com gente irresponsável, não está tratando com guri de recado; está tratando com deputados eleitos pelo povo do Paraná, que têm a obrigação e a responsabilidade de fiscalizar a aplicação do dinheiro público no nosso Estado, e não serão manifestações irresponsáveis como aquelas dizendo que iria nos processar que irá nos encurralar aqui neste Parlamento. Se tiver que nos processar, os caminhos da Justiça estão abertos, e ele poderá recorrer à Justiça, se algum crime estivermos cometendo na busca da verdade. Se estamos cometendo o crime de querer preservar a honra, de querer buscar a verdade, pois então que nos processe o chefe da Casa Civil, nos processe o governo Jaime Lerner, que será na verdade uma honra ter em nosso currículo um processo deste quilate, senhor presidente.

Por isso, quero deixar esse recado aqui e espero que este concreto possa ceder o eco da minha voz e chegar ao 3º andar do Palácio Iguazu, para que o secretário chefe da Casa Civil tenha conhecimento que não nos amedrontamos com a sua explicação à imprensa, com o seu discurso querendo na verdade diminuir a força e o trabalho que estamos fazendo em relação a este assunto relacionado à vice-governadora Emilia Belinati.

Ao concluir aqui, senhor presidente, as minhas palavras, que fique a Assembléia Legislativa do Paraná consciente das ações que iremos imprimir a partir de agora junto ao Ministério Público, à Procuradoria Geral de Justiça, e junto aqui a esta Casa, tentando instituir aqui a Comissão Processante para que possamos fazer uma investigação profunda sobre todos os atos relacionados às denúncias que envolvem o nome da senhora Emilia Belinati, com os desvios de recursos públicos da prefeitura de Londrina, e que tem origem, a bem da verdade, na lamentável e inescrupulosa operação, em maio de 98, quando o governador Jaime Lerner mandou a Copel adquirir 45% das ações da Sercomtel, por 186 milhões de reais, depositando esta quantia nos cofres da prefeitura de Londrina, e de lá para cá, senhor presidente, o que se viu foi este rastro de denúncias que mancham a vida pública do Paraná, o afastamento do prefeito de Londrina, de lá para cá nós assistimos e vamos ressaltar que após esse lamentável episódio envolvendo a Copel, a Sercomtel e a prefeitura de Londrina, infelizmente entristecidos e envergonhados assistimos todo esse mar de lama, toda essa sujeira que mancha a vida pública do Estado do Paraná, mancha o nome de pessoas públicas do nosso Estado, com consequências danosas à credibilidade dos políticos do Estado do Paraná. E a responsabilidade da Assembléia Legislativa é de investigar, é de esclarecer, é de buscar a verdade para dar um diploma, um atestado de idoneidade àqueles que eventualmente sejam vítimas de armação política, senhor presidente, e de condenar aqueles que eventualmente tenham praticado, tenham agido de má-fé, de forma desonrada diante dos cargos aos quais foram eleitos.

Esta é a nossa posição e a nossa ação a partir de hoje, aqui neste Parlamento.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

No Horário da Liderança do PST concedo a palavra ao deputado Divanir Braz Palma.

O SR. DIVANIR BRAZ PALMA

Senhor presidente, muito obrigado pela compreensão!

O assunto é de grande relevância social e estamos aqui recebendo este relatório da União Democrática Ruralista do Paraná, sobre a atual situação em que se encontra a propriedade privada no Estado do Paraná e o Movimento Sem-Terra.

Apesar dos esforços do governo estadual, nós ainda temos 99 propriedades agrícolas produtivas em mãos de pessoas ligadas ao MST e que está no impasse, os proprietários não podem entrar nas propriedades e também os invasores não têm nenhum apoio sequer, porque não se caracterizou a posse definitiva e não se pode fazer a Reforma Agrária nessas propriedades.

Nós temos 69 propriedades com mandado judicial, e aqui nós fazemos um apelo ao novo secretário de Segurança Pública, José Tavares, para que acelere a desocupação dessas propriedades. E temos 30 propriedades que estão sub-judice. É um prejuízo grande para todo o Estado do Paraná, é um prejuízo psicológico também para os proprietários que estão sentindo que se o seu vizinho perdeu a propriedade ou ela se encontra invadida, ele poderá ser a próxima vítima.

Nós, da Bancada Ruralista, estamos, então, hoje, fazendo um convite para que amanhã, dia 20 de junho, às 14h00, no Salão Nobre desta Casa, nós possamos, reunidos com o superintendente do Incra, José Carlos de Araújo Vieira e Antônio Carlos da Costa Coelho, assessor de Assuntos Fundiários do Estado do Paraná, para uma reunião em que a Bancada Ruralistas formada pelos deputados: Plauto Miró, Luiz Accorsi, Antônio Carlos Baratter, Cezar Silvestri, Basílio Zanusso, Hermes Brandão, Fernando Ribas Carli, Divanir Braz Palma, Cesar Seleme, Miltinho Puppio, Antonio Annibelli, Edno Guimarães, Nelson Garcia e mais simpatizantes que quiserem participar desta reunião, para tratarmos da adesão do Paraná na regionalização da reforma agrária.

Esta é uma iniciativa do governo federal que viu que, partindo de Brasília, não chegaremos a lugar nenhum, não faremos a reforma agrária no País. Já foram consumidas verbas acima de 12 bilhões de reais só no governo de Fernando Henrique Cardoso e, não estamos vendo nada de prático, avanço nenhum na área da reforma agrária.

O Paraná tem terras suficientes para dar a quem quer trabalhar, esta é uma posição pacífica, tranqüila e serena da Bancada Ruralista. Nós aqui não levantamos bandeira nenhuma contra a reforma agrária, só levantamos a bandeira de que a reforma agrária deve ser feita de

forma tranqüila, ordeira e dentro da legalidade e, para isso estamos antevendo que o governo federal, finalmente, ao aderir, ao implantar a regionalização da reforma agrária, quer ele mandar para os Estados e municípios a responsabilidade para a implantação da reforma agrária.

Temos, no Paraná, mais de 700 mil pessoas que trabalham avulsas, as chamadas bóias-frias, e temos certeza que a Bancada Ruralista olha estas pessoas como as verdadeiras herdeiras de um plano de reforma agrária moderna no Estado do Paraná e são elas que devem ser aquinhoadas com estas terras porque provam todos os dias, das cinco da manhã às dez da noite, que vivem da terra, moram na terra e precisam da terra para viver. Isto sem tirar sábado e domingo, porque quem mora como nós, na região Noroeste, sabe que os trabalhadores da zona rural, que trabalham na cana, principalmente, trabalham de segunda a domingo, não têm direito a feriado e ganham oito reais por dia. Estas pessoas merecem e precisam ter seu pedaço de terra e o Paraná tem estas terras para dar a esta gente.

Agora, esta forma de trazer esta responsabilidade para o Paraná, tenho certeza, vai facilitar o processo. Vamos ficar com o problema na mão e vamos saber resolver, tenho certeza! O governo do Estado, prefeitos, vereadores, deputados, enfim, as pessoas ligadas à terra, vão poder acelerar e fazer, de uma forma econômica e eficiente, o assentamento destas famílias que queiram trabalhar na terra.

Por isso convido aos deputados da Bancada Ruralista para que amanhã às 14 horas, no Salão Nobre desta Casa, façamos a primeira reunião que, podem ter certeza os senhores, vai ser histórica, porque vai ser o primeiro passo para podermos introduzir a reforma agrária no Paraná com total autonomia para que o Estado possa desapropriar terras, selecionar os candidatos, fazer os assentamentos, fazer os acampamentos através da Emater, para que os assentamentos possam ter logística e condições de produzir, e assim trazermos a paz no campo, a justiça social e daremos àquele que quer a terra, àquele que gosta da terra e vive da terra, o direito de realizar o seu sonho em sua propriedade.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Consulto a Liderança do PPB, PSL, PT, PDT, PSB, do Governo.

(Declinam)

Pela Liderança da Oposição, com a palavra o deputado Irineu Colombo.

O SR. IRINEU COLOMBO

Senhor presidente, senhores deputados.

Faço uso do Horário da Oposição para comunicar à Casa e fazer um breve relato da nossa ida à Brasília, por delegação do Bloco de Oposição, a uma audiência com o procurador geral da República, Geraldo Brindeiro,

ocasião em que fui acompanhado dos deputados Nereu Moura, líder do PMDB, Edgar Bueno, líder do PDT e do nosso assessor jurídico do Bloco de Oposição, doutor Marcelo, que nos acompanhou nesta audiência com o Geraldo Brindeiro.

O que fomos fazer em Brasília, nesta audiência que foi marcada rapidamente pelo senador Roberto Requião e que coincidiu ser um dia depois a ascensão ao governo da vice-governadora Emilia Belinati e que entramos com uma ação cautelar no Tribunal de Justiça. Logo em seguida, portanto no dia seguinte, estaríamos em Brasília com o pedido de intervenção no Estado do Paraná. Então, causou um pouco de confusão. Alguns acharam que era relativo à questão da Emilia, mas eram assuntos completamente divergentes e que passo relatar.

Nossa ida a Brasília, numa audiência rara, raríssima, concedida pelo procurador geral da República, Geraldo Brindeiro, tivemos a oportunidade de entregar documentos que, elencados num dossiê, provam as infringências às garantias elementares ao ser humano, no Estado do Paraná, por parte das forças públicas. A Polícia Militar do Estado do Paraná, intensificadas as arbitrariedades neste governo, tem espancado caminhoneiros, que estavam instalados num posto de gasolina, sem medida judicial, sem aparo legal nenhum, mas alegando determinação do secretário de Segurança, o caminhoneiro foi espancado, mordido por cachorro e detido arbitrariamente. Os sem-terra também foram maltratados, perseguidos, e um deles foi morto, de maneira arbitrária, sem ordem judicial, aqui no Estado do Paraná.

Assim aconteceu com advogados que saíam de um campo de futebol. Assim aconteceu com estudantes numa manifestação. Assim aconteceu com servidores da Justiça, em frente ao Palácio da Justiça. Enfim, elencamos todas as arbitrariedades, desvios legais e as ordens arbitrárias do Governo do Estado do Paraná, executadas pela Polícia Militar, e colocamos nesse dossiê.

Também colocamos neste dossiê o envolvimento da alta cúpula da Polícia Civil do Estado do Paraná com desmanche de carros, com roubo de cargas, com o narcotráfico, mostrando tanto de um lado como de outro que as forças públicas do Paraná não têm condições de dar garantias aos direitos fundamentais da pessoa humana.

Baseados nisso, pedimos intervenção no Estado do Paraná, que tem, segundo informação do próprio procurador Geraldo Brindeiro, várias formas de esta intervenção ocorrer: intervenção de forma administrativa, efetivamente nomeando um novo governador interventor; enfim, há várias alternativas para esta intervenção ocorrer. O que queremos, evidentemente, é não sugerir ao procurador, porque cabe a ele tomar a iniciativa que melhor lhe aprouver. Então, baseado no artigo 34 da Constituição Federal, que diz o seguinte: “A União não intervirá nos Estados nem no Distrito Federal, exceto para assegurar a observância dos seguintes princípios constitucionais: direitos da pessoa humana”.

E ainda o artigo 34, inciso VII, alínea b: “É do senhor procurador geral da República, conforme estatuído no artigo 36, inciso III, que diz: a decretação de intervenção dispenderá de provimento pelo Supremo Tribunal Federal de representação do procurador geral da República e na hipótese do artigo 34, inciso VII, que trata dos direitos e garantias da pessoa humana”.

Portanto, senhores deputados, estamos baseados num dispositivo constitucional, apresentação jurídica deste pedido, e ainda, junto com o dossiê que comprova todas as informações que estão passando no Estado do Paraná, àquele procurador. O procurador Geraldo Brindeiro ficou espantado com o volume de informações que tínhamos do Paraná. Falou: “Realmente vocês coletaram um volume enorme de informações, é surpresa o volume de informações que estão trazendo como comprovação, relatos da Comissão de Direitos Humanos do Congresso, da Comissão Teotônio Vilela de Direitos Humanos, dossiê do caso Donha, informações e relatos dos caminhoneiros, dos professores, dos sem-terras, assim por diante, além dos relatos extraídos da própria CPI”. E ele informou que sabia da situação crítica e preocupante que vivia o Estado do Paraná com relação às forças públicas. Diz ele, o termo que ele usou naquele momento era desordem pública, que era o termo que o procurador usava para manifestar essa preocupação.

Prometeu analisar as nossas alegações jurídicas e a nossa documentação, e aconselhou que, além da análise e provável provocação que fará ao Supremo Tribunal Federal, nos aconselhou a apresentar o mesmo dossiê para o efeito político, que é importante nesse caso, segundo ele, ao Congresso Nacional, e também ao Conselho Nacional de Direitos Humanos, órgão ligado ao Ministério da Justiça.

Portanto, não é nenhuma pretensão nossa do ponto de vista político apenas que o Estado do Paraná sofra pelo menos uma checagem com relação às garantias dos direitos humanos se aqui são observados, mas também a nossa responsabilidade de todo momento usar as possibilidades jurídicas para acionar o Poder Judiciário para aquilo que nos interessa, e nós achamos saudável a democracia ao estado de direito, e as garantias fundamentais da pessoa humana no Estado do Paraná. O mesmo caminho jurídico, já que somos minoria, uma minoria tão mínima que não chegamos a ter dezoito votos para instalar uma CPI por exemplo, mas somos quatorze deputados que estão buscando todas as formas possíveis para mostrar de que lado estamos na sociedade do Paraná.

Portanto, também na mesma lógica estamos acionando o Tribunal de Justiça com relação à vice-governadora Emilia Belinati, diga-se de passagem que tivemos meia vitória, se não tivemos a liminar, tivemos pelo menos no bojo, no acatamento das peças que colamos ali, no mínimo a interpretação do desembargador, que era razoável, levado em consideração os argumentos que apresentávamos, e remeteu ao Ministério Público. Aquilo

que pensávamos em entrar em seguida com uma ação civil pública já está meio caminho andado. Portanto, fizemos uma avaliação, compartilhado com os meus colegas de Oposição -, que não conseguimos efetivamente uma liminar de pronto, mas conseguimos meia vitória na medida em que grande parte das nossas delegações jurídicas e das comprovações que alencamos àquela ação cautelar foi acolhida na sua grande maioria pelo desembargador Otávio Valeixo, e teremos, nas próximas horas, desdobramento do Ministério Público, que estaremos estudando a melhor forma de fazê-lo, inclusive incorporando a possível ação civil pública do Ministério Público com as alegações que nós já temos, com os documentos que já possuímos e também com a ação do nosso advogado, doutor Marcelo.

O SR. VALDIR ROSSONI

Vossa Excelência me concede um aparte?

(Assentimento).

Deputado Irineu Colombo, Vossa Excelência sabe que discordamos totalmente da atitude de Vossa Excelência e de seus pares quanto a questão dos direitos humanos no Paraná. Mas me preocupa quando Vossa Excelência faz algumas afirmações de palavras ditas pelo procurador geral da República.

Quero dizer a Vossa Excelência que jamais duvidando da sua pessoa, ou das suas palavras e nós que sabemos de que aqui no Paraná os direitos humanos são respeitados, discordamos totalmente de Vossa Excelência, suas afirmações são gravíssimas quando diz palavras que Vossa Excelência teve. Vossa Excelência colocou como inédita, não vejo nada como inédito, nada mais do que a obrigação do procurador-geral da República recebê-los, como representantes de uma parte da população do Paraná.

Vou pedir a Vossa Excelência as notas taquigráficas do seu pronunciamento, para que possamos encaminhar ao procurador, para que ele reafirme essas palavras que Vossa Excelência colocou aqui, por escrito, a esta Assembléia. Não quero acreditar que o procurador-geral da República já está fazendo juízo de uma denúncia que foi feita no mesmo momento que estava sendo feita a denúncia. Vou fazer uso das notas taquigráficas e encaminharemos ao procurador-geral da república para que ele conforme isso, porque nós, paranaenses, e Vossa Excelência devemos estar observando que essa colocação quanto aos direitos humanos no Paraná não está fazendo eco na sociedade. Quando a afirmação não faz eco é porque não tem o fundo de verdade que é necessária em uma denúncia como essa, que Vossa Excelência e seus pares fazem. Só me preocupam as afirmações feitas pelo procurador, porque ele já está fazendo juízo de uma questão que estava recebendo naquele momento.

Quanto às questões do Noronha, do narcotráfico, aqui no Paraná, foi muito diferente dos outros Estados. Aqui, no Paraná foi totalmente diferente do que foi no

Rio de Janeiro. Por exemplo, tomamos as atitudes em cima das ações da CPI do Narcotráfico.

Quero colocar que vejo o seu pronunciamento com preocupação, porque está afirmando palavras do procurador-geral da República e isso nos preocupa. Vamos encaminhar o seu pronunciamento, para que o procurador confirme ou não essas palavras.

Não que esteja duvidando de Vossa Excelência. Acho de extrema gravidade se o procurador teve esse procedimento.

O SR. IRINEU COLOMBO

Deputado Valdir Rossoni, não houve uma audiência inédita - eu não falei isso. Falei das raras oportunidades em que ele concede audiência para deputados e as notas taquigráficas estão ali para serem consultadas.

Em segundo, se não é atentar aos direitos fundamentais da pessoa humana, uma das fitas em que entregamos lá, em que mostra claramente o soldado da Polícia Militar tirando o caminhoneiro de dentro do caminhão, no pátio do posto de gasolina e o prendendo sem justificativa ou sem mandado judicial, sem nenhum respaldo legal.

E quando perguntado pelo repórter, cumprindo a que ordens, ele falou que estava cumprindo ordens do secretário de Segurança. Isso remete ao descumprimento dos direitos fundamentais da pessoa, diretamente ao senhor secretário de Segurança do Estado do Paraná.

A impressão da qual o procurador ficou impressionado - entregamos quatro fitas cassete, um monte de recortes de jornais, vários relatórios - em uma conversa que tivemos longamente.

Impressionado ficou, sim, imagine com tanta documentação e a situação em que está o Estado do Paraná. Acho que quem tem que ficar preocupado é o governo do Estado do Paraná, é quem defende o governo do Estado do Paraná. nessa situação.

Obrigado senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Encerrado o Horário das Lideranças.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do senhor deputado Antonio Annibelli, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Caíto Quintana, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Ricardo Maia, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do senhor deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente, solicitando a diminuição de interstício para realização de Sessões Extraordinárias, logo após a presente Sessão Ordinária, para apreciação de matérias aprovadas ou outras a serem incluídas. **Aprovada.**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 144/99, de autoria do deputado Pastor Praczyk, que dispõe sobre transporte gratuito e obrigatório de policiais militares fardados. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.O.P.T.C.. COM EMENDA DA C.C.J..

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do senhor deputado Valdir Rossoni, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia, por 03 (três) sessões. **Aprovado.**

Fica portanto, adiada a discussão por 03 (três) sessões do Projeto de Lei nº 144/99.

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 306/99, de autoria do deputado Algaci Tulio, que determina que o sistema oficial de ensino do Paraná passe a contar com a disciplina "Educação em Valores Humanos". COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.E. E C.D.H.. COM EMENDA DA C.C.J..

Sobre o referido projeto, Emenda Supressiva de Plenário, de autoria do senhor deputado Algaci Tulio, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO Nº 01 PROJETO DE LEI Nº 306/99

A presente Emenda tem por finalidade suprimir o parágrafo único do artigo 1º, o artigo 2º e o artigo 4º do Projeto de Lei nº 306/99, renumerando o artigo 3º como artigo 2º.

Sala das Sessões, em 18.06.2000.

(a) ALGACI TULIO

Apoiamento:

Cezar Silvestri, Tiago de Amorim Novaes, Luiz Carlos Martins, Renato Gaucho, Divanir Braz Palma.

JUSTIFICATIVA:

A supressão do § 1º e do artigo 2º deve-se aos mesmos serem incompatíveis com o caráter autorizatório do projeto de lei, pois contém uma determinação de prazo - ano 2000 (no caso do parágrafo único) e fixa prazo para a sua regulamentação (artigo. 2º), invadindo competência regulamentar.

Já a supressão do artigo 4º efetua a adequação do projeto à técnica legislativa, conforme disposto em Lei Complementar nº 95/98.

O projeto retorna à C.C.J. para apreciação da Emenda.

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 627/99, de autoria do deputado Ademir Bier, que autoriza o Poder Executivo a criar a Delegacia da Mulher no município de Medianeira. COM PARECERES FAVORÁVIES DA C.C.J., S.P. E C.D.H..

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do senhor deputado Valdir Rossoni, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) sessões. **Aprovado.**

Fica portanto, adiada a discussão por 10 (dez) sessões do Projeto de Lei nº 627/99.

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 045/2000, de autoria do deputado Miltinho Puppio, autorização ao Poder Executivo a criar escritório regional da Secretaria de Estado do Trabalho, com sede no município de Apucarana e Abrangência nos municípios que especifica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.A.I.C.

Sobre o referido projeto, Emenda Supressiva de Plenário, de autoria do senhor deputado Valdir Rossoni, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO Nº 01 PROJETO DE LEI Nº 045/2000

A presente Emenda suprime o artigo 2º do Projeto de Lei nº 045/2000, renumerando o artigo 3º como artigo 2º, conforme redação a seguir:

“Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.”

Sala das Sessões, em 19.06.2000.

(a) VALDIR ROSSONI

Apoiamento:

Nelson Garcia, Luiz Carlos Alborghetti, Carlos Simões, Ademar Traiano.

JUSTIFICATIVA:

A proposição de emenda faz-se necessária tendo em vista que a natureza autorizatória do projeto de lei é incompatível com a fixação de prazo para regulamentar a medida que autoriza.

O projeto retorna à C.C.J..

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 470/99, de autoria do deputado Moysés Leônidas, torna obrigatório a expe-

dição de receitas médicas e odontológicas datilografadas ou digitadas pelo computador nos postos de saúde da rede pública estadual e municipal, inclusive consultórios médicos e odontológicos particulares. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.S.P. (Publ. no D.A. nº 114, de 13.09.99).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 470/99

P A R E C E R :

Relatório

Da autoria do deputado Moysés Leônidas, o presente projeto torna obrigatório a expedição de receitas médicas e odontológicas datilografadas ou digitadas pelo computador nos Postos de Saúde da rede pública Estadual e Municipal, inclusive consultórios médicos e odontológicos particulares em todo o Estado do Paraná.

Fundamentação

A saúde é dever do Estado. Outrossim, também é dever estatal garantir meios acessíveis e igualitários aos serviços a ações na área de saúde. Essas ações e serviços são de relevância pública, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros e, também, por pessoa física ou jurídica de direito privado - art. 197, da Constituição Federal.

Conclusão

Analizada a matéria, essa comissão nada encontra de ordem constitucional e legal que obste a regimental tramitação do projeto nesta Casa de Leis.

É o Parecer Favorável.

Sala das Comissões, em 26.10.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
DURVAL AMARAL - Relator

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA PROJETO DE LEI Nº 470/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do ilustre deputado Moysés Leônidas, tem como objetivo tornar “obrigatório” a expedição de receitas médicas e odontológicas datilografadas ou digitadas por computador, nos postos de saúde da rede pública estadual e municipal, inclusive consultórios médicos e odontológicos particulares em todo o Estado do Paraná”.

Sem dúvida, uma matéria de relevante interesse público, que tem a finalidade de proteger as pessoas munindo-as de documento comprovando os problemas que eventualmente lhes forem indicados. Desta forma, achamos que devemos nos manifestar favoravelmente à matéria, permitindo que a proposição em tela seja enviada à decisão soberana do Plenário desta Casa de Leis.

Sendo assim, nosso Parecer é Favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 11.11.99.
(aa) LUIZ ACCORSI - Presidente
EDGAR BUENO - Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do senhor deputado Valdir Rossoni, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) sessões. **Aprovado.**

Fica portanto, adiada a discussão por 10 (dez) sessões, do Projeto de Lei nº 470/99.

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 585/99, de autoria do deputado Algaci Tulio, que designa o Instituto de Criminalística do Estado do Paraná como Instituto de Criminalística Perito Criminal Arlindo Blume. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E S.P. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 165, de 16.11.99).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 585/99

P A R E C E R :

Relatório

De autoria do deputado Algaci Tulio, o presente projeto de lei tem como objetivo nominar como Instituto de Criminalística Perito Criminal Arlindo Blume o atual Instituto de Criminalística do Estado, em homenagem ao maior perito criminal paranaense.

Fundamentação

Chamada a opinar, esta Comissão de Constituição e Justiça não encontrou nenhum óbice para a tramitação deste projeto de lei nesta Casa.

Conclusão

Diante do exposto, somos de Parecer Favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 30.11.99.
(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA PROJETO DE LEI Nº 585/99

P A R E C E R :

Relatório

De autoria do senhor deputado Algaci Tulio, o presente projeto de lei tem como objetivo nominar o Instituto de Criminalística do Estado do Paraná como “Instituto de Criminalística Perito Criminal Arlindo Blume”.

Fundamentação

Sobre a matéria já existe o pronunciamento favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a manifestar-se, esta Comissão de Segurança Pública entende que é de grande mérito a presente

propositura, em homenagem ao maior perito criminal e grande idealizador da criminalística no Estado.

Conclusão

Diante do exposto, somos de Parecer Favorável.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 11.04.2000.
(aa) RICARDO CHAB - Presidente
EDSON STRAPASSON - Relator

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 629/99, de autoria do deputado Nelson Justus, que autoriza a criação de Circunscrição Regional de Trânsito - Ciretran, no município de Marialva. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E S.P. (Publ. no D.A. nº 184, de 01.12.99).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 629/99

P A R E C E R :

De autoria do senhor deputado Nelson Justus, o presente projeto de lei tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a criar uma Ciretran no município de Marialva.

Chamada esta comissão a se manifestar com relação à legalidade, constitucionalidade e técnica legislativa, nada encontrou que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa.

Sendo assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 22.02.2000.
(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
SERAFINA CARRILHO - Relatora

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA PROJETO DE LEI Nº 629/99

P A R E C E R :

Relatório

De autoria do senhor deputado Nelson Justus, o presente projeto de lei objetiva autorizar o Poder Executivo a criar através do Departamento de Trânsito - Detran, a Circunscrição Regional de Trânsito - Ciretran, no município de Marialva.

Fundamentação

Sobre a matéria já existe o pronunciamento favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar, esta Comissão de Segurança Pública entende a necessidade da criação da referida Ciretran no município de Marialva, facilitando o atendimento a população e trazendo melhora e eficiência na realização dos trabalhos de competência daquele órgão.

Conclusão

Diante do exposto, somos de Parecer Favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11.04.2000.
(aa) RICARDO CHAB - Presidente
MOYSÉS LEÔNIDAS - Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do senhor deputado Ricardo Maia, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) sessões. **Aprovado.**

Fica portanto, adiada a discussão por 10 (dez) sessões do Projeto de Lei nº 629/99.

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 023/2000, de autoria do deputado Beto Richa, que declara de Utilidade Pública o Grupo de Teatro Amador Direpenti, com sede e foro nesta capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 003, de 17.02.2000).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 023/2000

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Beto Richa, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública o Grupo de Teatro Amador Direpenti, com sede e foro nesta Capital.

Chamada esta comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável à sua tramitação nesta Casa de Leis.

Sala das Comissões, em 11.04.2000.

(aa) CESAR SELEME - Presidente em exercício
SERAFINA CARRILHO - Relatora

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 075/2000, de autoria do deputado Nelson Justus, que altera a Lei nº 11.552, de 02 de outubro de 1996, que declarou de Utilidade Pública a Associação de Moradores das Plantas Jardim Savóia e Viviane, com sede e foro nesta Capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 018, de 20.03.2000).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 075/2000

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Nelson Justus, tem por objetivo alterar a Lei nº 11.552, de 02 de outubro de 1996, que declarou de Utilidade Pública a Associação de Moradores das Plantas Jardim Savóia e Viviane, com sede e foro nesta Capital.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Sendo assim, somos de Parecer Favorável.

Sala das Comissões, em 11.04.2000.

(aa) CESAR SELEME - Presidente em exercício

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 093/2000, de autoria do deputado Luiz Carlos Martins, que declara de Utilidade Pública o Clube de Mães do Bairro Mercês, com sede e foro no município de Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 027, de 03.04.2000).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 093/2000

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Luiz Carlos Martins, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública o Clube de Mães do Bairro Mercês, com sede e foro no município de Curitiba-PR.

Chamada esta comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de Parecer Favorável à sua tramitação nesta Casa de Leis.

Sala das Comissões, em 11.04.2000.

(aa) CESAR SELEME - Presidente em exercício
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 094/2000, de autoria do deputado Nelson Justus, que declara de Utilidade Pública a União Nacional das Associações de Proteção à Maternidade e à Infância - UNAPMI, com sede e foro nesta Capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 027, de 03.04.2000).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 094/2000

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Nelson Justus, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a União Nacional das Associações de Proteção à Maternidade e à Infância - UNAPMI, com sede e foro nesta Capital.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de Parecer Favorável à sua tramitação nesta Casa de Leis.

Sala das Comissões, em 11.04.2000.

(aa) CESAR SELEME - Presidente em exercício
PASTOR EDSON PRACZYK - Relator

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Sobre a mesa, Requerimento nº 1156, de autoria do senhor deputado Antonio Annibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1157 a 1159 e 1168, de autoria do senhor deputado Ademir Bier, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1160, de autoria do senhor deputado Caíto Quintana, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1161, de autoria do senhor deputado Caíto Quintana, com apoio do senhor deputado Luiz Calos Zuk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1162 a 1165, de autoria do senhor deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nº 1171, de autoria do senhor deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.,

Requerimentos nºs 1172 a 1174, de autoria do senhor deputado Sérgio Spada, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1175 a 1179, de autoria do senhor deputado Algaci Tulio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1182, de autoria do senhor deputado Pastor Edson Praczyk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1183, de autoria dos senhores deputados Orlando Pessuti, Caíto Quintana, Nelson Justus e demais senhores deputados, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1187-A, de autoria do senhor deputado Elio Rusch, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nºs 1180 e 1181, de autoria do senhor deputado Irineu Colombo, constantes do expediente. **Em discussão.**

O SR. VALDIR ROSSONI (**Pela Ordem**)

Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Caíto Quintana**)

Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando uma Sessão Extraordinária, para logo após a Sessão Ordinária com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 027, 563/99 e 163/2000.

DISCUSSÃO ÚNICA - do Projeto de Decreto Legislativo nº 009/2000.

Marca ainda, uma Sessão Ordinária, para terça-feira, dia 20, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 585/99, 023, 075, 093, 094/2000;

e do Projeto de Resolução nº 004/96.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 656/99.

Levanta-se a sessão.

Pedido de Adesão:

PROGRAMA DE DEMISSÃO VOLUNTÁRIA PEDIDO DE ADESÃO

Rosimeri Aparecida de Farias, matrícula 40.440 endereço Rua Saara, 85 bairro Rio Verde, cidade de Colombo, remuneração mensal estimada R\$440,44, CPF: 661.422.379-87, telefone: 621-3779, lotação: Gabinete do deputado Luiz Accorsi, data de nascimento: 27/02/68.

Solicito ao senhor doutor Abib Miguel, Mui Digno diretor geral deste Poder Legislativo, nos termos do Ato da Comissão Executiva nº 062 de 03 de abril de 2000, que trata do Programa de Demissão Voluntária - PDV, dos servidores deste Poder, em vigor, nesta data, a exoneração do cargo efetivo de: agente administrativo.

(Prot. nº 5303)

Curitiba, em 16.06.2000.

(a) Rosimeri Aparecida de Farias

Leni Aparecida Mora, matrícula 40955, endereço Rua Piratininga, 282, bairro Balneário Ipanema, cidade de Pontal do Paraná, CEP: 83255-972 - PR, remuneração mensal estimada R\$420,42, telefone: 457-8938, data de nascimento: 10/07/55.

Solicito ao senhor doutor Abib Miguel, Mui Digno diretor geral deste Poder Legislativo, nos termos do Ato da Comissão Executiva nº 062 de 03 de abril de 2000, que trata do Programa de Demissão Voluntária - PDV, dos servidores deste Poder, em vigor, nesta data, a exoneração do cargo efetivo de: N-06L.

(Prot. nº 5344)

Curitiba, em 19.06.2000.

(a) Leni Aparecida Mora

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 14ª LEGISLATURA ATA DA 012ª SESSÃO

**EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM
19 DE JUNHO DE 2000**

(segunda-feira)

Presidência do senhor deputado Caíto Quintana, secretariada pelos senhores deputados Edson Strapasson e Augustinho Zucchi.

Às quinze horas e trinta minutos é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Nelson Justus, Caíto Quintana, José Maria Ferreira, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Renato Gaúcho, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, Antonio Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beraldin, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Rusch, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Irineu Colombo, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Marcos Isfer, Miltinho Puppio, Moysés Leônidas, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Sérgio Spada, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (Caíto Quintana)

Não há expediente a ser lido, nem oradores inscritos.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

ITEM 01

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 027/99, de autoria do deputado Orlando Pessuti, que dispõe sobre a realização de Auditorias Ambientais Compulsórias no Estado do Paraná e dá outras providências. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.E.M.A.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 08, de 01.03.99)**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 027/99**

P A R E C E R :

Após analisar a constitucionalidade do Projeto de Lei nº 027/99, de autoria do deputado estadual Orlando Pessuti, que dispõe sobre a realização de Auditorias Ambientais Compulsórias no Estado do Paraná e que dá outras providências, esta comissão não encontrou óbice que possa obstar o seu andamento normal, motivo que nos leva a ser de Parecer Favorável à regular tramitação desta matéria.

Sala das Comissões, em 18.03.99.

(aa) **BASÍLIO ZANUSSO** - Presidente

NEREU MOURA - Relator

**COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE
PROJETO DE LEI Nº 027/99**

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 027/99, de autoria do deputado Orlando Pessuti, propõe a realização de Auditorias Ambientais Compulsórias no Estado do Paraná, orientando uma série de providências no sentido de proporcionar novas posturas em relação à utilização e conservação do meio ambiente.

Na justificativa, o autor do projeto afirma que tais auditorias “constituem um instrumento de gestão ambiental das empresas, dando início ao processo de eficiência através da redução de custos de produção em função do uso racional dos recursos naturais, marketing, ganho de mercado e auto-monitoramento” e que elas são “um dos itens importantes para capacitar as mesmas ao recebimento da certificação da ISO-14000”. Ao fundamentar a iniciativa, o autor ressalta ainda que “as instituições financeiras internacionais, entre os critérios utilizados para a liberação de recursos, o item meio ambiente (gestão ambiental das empresas) vem sendo um fator de extrema importância para execução das referidas operações financeiras”.

As argumentações e providências elencadas recomendam a sua acolhida pelos membros desta Casa de Leis, razão pela qual manifestamos Parecer Favorável ao projeto em discussão.

Sala das Comissões, em 10.05.99.

(aa) **CLEITON KIELSE** - Presidente

EDGAR BUENO - Relator

ITEM 02

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 563/99, de autoria do deputado Nelson Justus, que inclui os municípios de Quedas do Iguaçu e Espigão Alto ao Núcleo Regional de Educação de Dois Vizinhos. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.E.C.E.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 161, de 10.11.99)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 563/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei visa incluir os municípios de Quedas do Iguaçu e Espigão Alto no Núcleo Regional de Dois Vizinhos. O autor alega em sua justificativa que tal procedimento terá efeitos administrativos benéficos.

Sob a ótica constitucional e legal não existem impedimentos para que o projeto tenha sua tramitação legislativa assegurada.

Do exposto somos de Parecer Favorável.

Sala das Comissões, em 30.11.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
BETO RICHIA - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E ESPORTES
PROJETO DE LEI Nº 563/99

P A R E C E R :

O presente projeto de autoria do deputado Nelson Justus, visa incluir os municípios de Quedas do Iguaçu e Espigão Alto ao Núcleo Regional de Educação de Dois Vizinhos.

Chamada a opinar, esta comissão verificou que tal inclusão facilitará os trabalhos administrativos junto ao Núcleo Regional de Educação, tendo em vista a proximidade dos municípios acima citados do município de Dois Vizinhos.

Deste modo, apresentamos parecer favorável ao projeto de lei.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 14.12.99.

(aa) ANTONIO ANNIBELLI - Presidente
PASTOR EDSON PRACZYK - Relator

ITEM 03

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 163/2000, de autoria do deputado Duílio Genari, que cria o Pólo de Turismo Gastronômico, Cultural e Turismo de Negócios e Eventos no Oeste do Estado do Paraná, centralizado no município de Toledo, Estado do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.T.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 059, de 24.05.2000)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 163/2000

P A R E C E R :

Parecer ao Projeto de Lei nº 163/2000, de autoria do deputado Duílio Genari, que cria o Pólo de Turismo Gastronômico, Cultural e Turismo de Negócios e Eventos no Oeste do Estado do Paraná, centralizado no município de Toledo, Estado do Paraná.

Chamada esta comissão a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso Parecer é Favorável.

Sala das Comissões, em 06.06.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
NEREU MOURA - Relator

COMISSÃO DE TURISMO
PROJETO DE LEI Nº 163/2000

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do ilustre deputado Duílio Genari, tem por objetivo criar o Pólo de Turismo Gastronômico, Cultural e Turismo de Negócios e Eventos no Oeste do Estado do Paraná, centralizado no município de Toledo, Estado do Paraná.

Sobre a matéria já podemos observar o pronunciamento Favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar esta Comissão de Turismo, de acordo com o que preceitua o Regimento Interno desta Casa, verificamos como consta da justificativa do autor, que o oeste do Estado do Paraná possui grande potencial para a implantação de uma ampla estrutura de turismo e lazer, para o que se faz necessário aprofundar o plano de desenvolvimento regional criando até um possível roteiro integrado turístico entre todos os municípios com os principais eventos de cada um.

Diante do exposto, somos compelidos a emitir nosso Parecer Favorável.

Sala das Comissões, em 14.06.2000.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente
ANTONIO BARATTER - Relator

ITEM 04

DISCUSSÃO ÚNICA - do Projeto de Decreto Legislativo nº 009/2000, de autoria da Comissão Executiva, que prorroga a autorização dada pelo Decreto Legislativo nº 007/2000, de 13 de junho de 2000, que autorizou o senhor Jaime Lerner, governador do Estado, ausentar-se do País, com destino aos Estados Unidos da América. COM PARECER DA COMISSÃO EXECUTIVA. **Aprovado.**

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 009/2000

Art. 1º - Fica prorrogada, até o dia 23 do corrente mês, a autorização dada pelo Decreto Legislativo nº 007/2000, de 13 de junho de 2000, que autorizou o senhor Jaime Lerner, governador do Estado, ausentar-se do País, com destino aos Estados Unidos da América, a fim de tratar de assuntos particulares.

Art. 2º - Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 19.06.2000.

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

O SR. ELIO RUSCH (**Pela Ordem**)

Gostaria de registrar a presença neste Plenário da Comitativa das Lideranças de Marechal Cândido Rondon.

O SR. PRESIDENTE (**Caíto Quintana**)

A Mesa registra as visitas anunciadas.

O SR. HERMES FONSECA

Gostaria de reafirmar o convite para os deputados para o seminário de amanhã, sobre a reforma da Constituição Estadual. É importante porque teremos aqui amanhã, dois ilustres constitucionalistas que poderão contribuir para o aperfeiçoamento da nossa Constituição.

O SR. PRESIDENTE (**Caíto Quintana**)

Devidamente registrado e esta Presidência solicita aos senhores parlamentares que participem deste encontro, porque é de suma importância, visto que estamos num processo de revisão constitucional.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para terça-feira, dia 20, para logo após a Sessão Ordinária, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 027, 563/99 e 163/2000.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 551/99.

Levanta-se a sessão.